



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO DO TRIBUNAL, DE  
CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**

A Primeira Diretoria de Controle Externo deste Tribunal de Contas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 142-A, VI, do Regimento Interno, vem por meio desta formalizar

**REPRESENTAÇÃO**

Decorrente de fiscalização empreendida no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins/TO, com supedâneo no art. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000. As inconformidades apuradas encontram-se discriminadas no **Relatório Técnico nº 21/2018** em anexo elaborado pelo Analista de Controle Externo deste Tribunal de Contas com as respectivas evidências.

Assim sendo, encaminha-se Relatório Técnico em anexo ao Conselheiro Relator, propondo-se as medidas a seguir mencionadas em face dos responsáveis pelo ente jurisdicionado objeto da fiscalização, além das demais providencias que entender cabíveis.

A citação do Sr. **JOSE ANTONIO LIMA DOS REIS**, Presidente da Câmara Municipal de DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS, CPF nº 643.860.231-00, com fundamento no artigo 28 da Lei Orgânica do TCE-TO (Lei 1284/2001) e art. 142-A c/c art. 140, IV do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que apresente alegações de defesa sobre as irregularidades apontadas no **Relatório Técnico nº 21/2018**, descumprindo os artigos 48, II e 48-A da LC nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, sujeitando o responsável a aplicação da multa prevista no artigo 39, II da Lei Orgânica deste Tribunal, c/c art. 159, II do Regimento Interno;

O encaminhamento do resultado da fiscalização ao Ministério Público para as medidas no âmbito da sua competência;

Palmas, 27 de setembro de 2018.

Enio Walcacer de Oliveira  
Auditor de Controle Externo  
Mat. 23.748-5

DOCUMENTOS ANEXOS:  
Relatório Técnico e Check-list aplicado na apuração.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

Processo nº	8837/2018
Classe de Assunto	Representação
Responsável	<b>JOSE ANTONIO LIMA DOS REIS - CPF : 643.860.231-00</b> <b>Presidente da Câmara Municipal de DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS/TO</b>
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS CNPJ: 26.753.822/0001-37
Relator	Conselheiro (a) titular: SEVERIANO JOSE COSTANDRADE DE AGUIAR

### RELATÓRIO TÉCNICO nº 21/2018

1.Trata-se do resultado da fiscalização realizada no âmbito da Primeira Diretoria de Controle Externo acerca do Portal da Transparência da Câmara Municipal de **DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS/TO**. A fiscalização efetuada evidencia o descumprimento de artigos da Lei Complementar nº 131/2009, Lei Federal nº 12.527/2011 e Decreto Federal nº 7.185/2010 no que se refere à implementação do Portal da Transparência e acesso à informação, ensejando a atuação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins nos termos do artigo 73-A da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela LC 131/2009.

2.Nos termos do mencionado artigo compete aos Tribunais de Contas receber e apurar as denúncias relativas ao cumprimento da Lei da Transparência. Ademais, os fatos apurados são atribuídos a administradores ou responsáveis sujeitos a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

3.O trabalho seguiu os critérios adotados em check-list padrão discutido em reuniões técnicas de trabalho conjunto entre este Tribunal de Contas do Estado, a Controladoria Geral da União, a Controladoria Geral do Estado e Ministério Público Estadual, e grupo FOCCO/TO – Fórum de Combate a Corrupção. O check-list (anexo) é uma lista em que estão contidos todos os itens que devem ser verificados com vistas ao cumprimento da Lei da Transparência e Lei de Acesso a Informação, amplamente divulgado pela CGE aos Municípios do Estado.

4.Não obstante a abrangência do check-list padrão, nesta primeira etapa de fiscalização o escopo da análise limita-se a aspectos em que há possibilidade de fiscalização remota, portanto, não adentrando em exames mais aprofundados sobre qualidade de algumas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

informações e dos sistemas integrados de administração financeira e controle, dentre outros que podem ser efetuados em outra etapa de fiscalização a cargo deste Tribunal.

## 1.DOS ACHADOS

5.Os achados mais relevantes que representam violação à legislação específica estão a seguir sintetizadas, ressalta-se que as evidencias estão apresentadas na forma de figuras, que foram capturadas no momento da Fiscalização no período de 26/09/2018 a 27/09/2018, referente as publicações do exercício de 01/01/2018 a 24/09/2018 e estão apresentadas a cada ponto, conforme check-list apresentado ao final do relatório.

### 1.1.DAS DESPESAS PUBLICADAS – item 1.1 do Check-list

6.As informações pormenorizadas sobre a despesa orçamentária divulgados no Portal da Transparência **não foram liberados em "tempo real"**, evidenciando descumprimento do artigo 48, II e 48-A, I da LC nº 101/2000, artigo 2º, §2º, inc. II do Decreto Federal nº 7.185/2010. Conforme consultas realizadas ao site, entre os dias 26 a 27/09/2018, não foram encontradas despesas publicadas durante o período de 27/06/2018 a 24/09/2018 (em atraso de 89 dias).

Figura 1. Informação das despesas publicadas em atraso

The screenshot displays the search results for expenses published in arrears. The search criteria are: Orgão: CAMARA MUNICIPAL DE DIVINOPOLIS, Data Inicial: 01/01/2018, and Data Final: 24/09/2018. The results table shows three records with dates 21/06/2018, 22/06/2018, and 26/06/2018. A calendar overlay shows the current date as 27/09/2018.

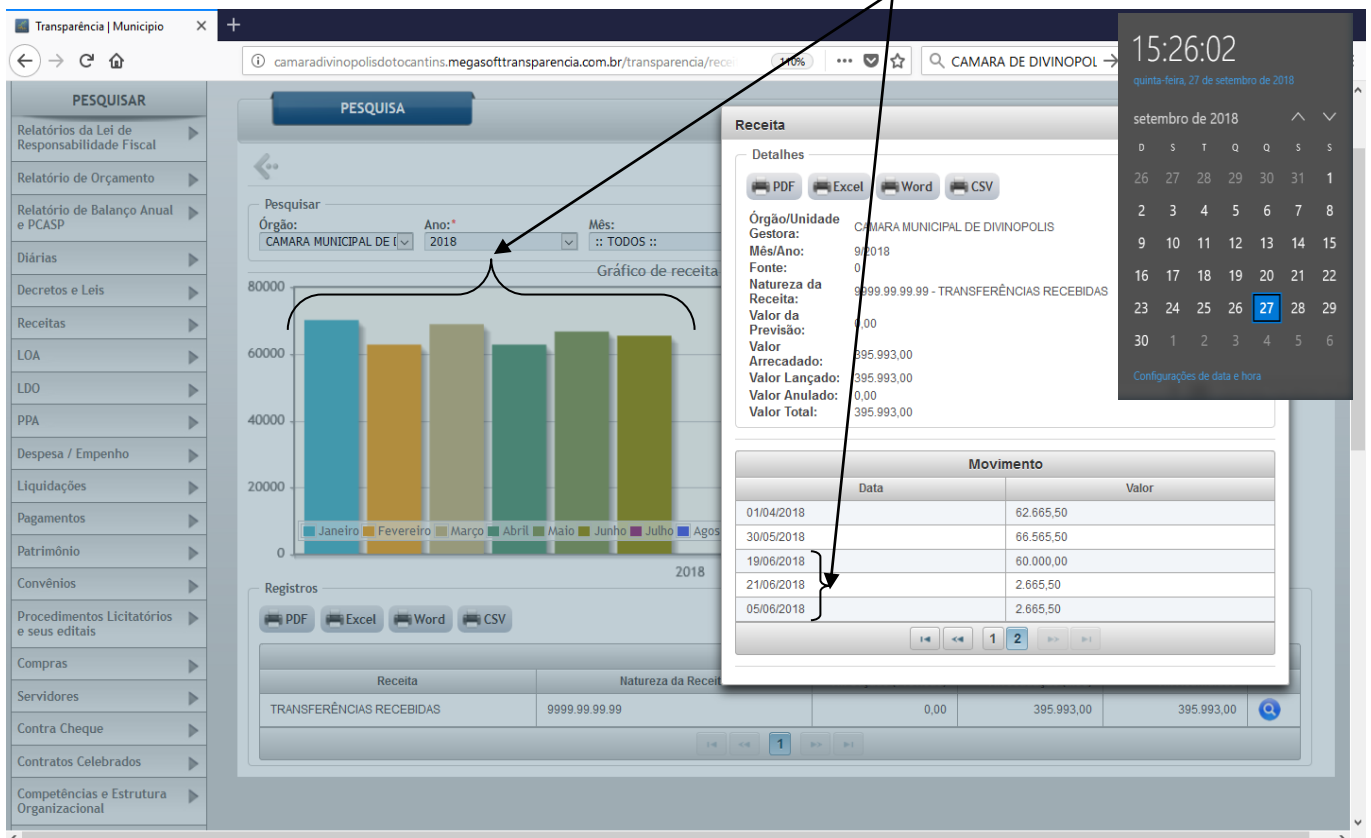
N.º	Data	Fornecedor	Classificação Orcamentaria	Vlr. Empenho	Vlr. Anulação	Vlr. Liquid.	Vlr. Anul. Liquid.
1210	21/06/2018	M. M. SANTANA DA SILVA LTDA - ME	01.01.01.031.0001.2.002.339030	370,00	0,00	370,00	0,00
1234	22/06/2018	LEANDRO RICHARD ALVES FERREIRA	01.01.01.031.0001.2.002.339039	370,00	0,00	370,00	0,00
1254	26/06/2018	FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA	01.01.01.031.0001.2.002.339036	954,00	0,00	954,00	0,00
Total Geral:				391.791,17	0,00	391.791,17	0,00



## 2.1.Receitas

7.As informações publicadas não estão em tempo real, somente até o mês de junho de 2018. - LRF (art. 48-A, inc. II) e Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II).

**Figura 2.Receitas não informadas em tempo real**



## 3.1.Das Informações Financeiras – item 3 do check-list

8. Não foram publicados no Portal da Transparência os acompanhamentos de processos (prestações de contas, auditorias e inspeções realizadas e tomada de contas), os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária/RREO, Relatórios de Gestão Fiscal/RGF, bem como não estão publicados anexos e quadro e as Leis relativas ao PPA, LDO e LOA, infringindo o artigo 48 da LC nº 101/2000.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

**Figura 3. Não publicação da Lei PPA/quadros e anexos**

The screenshot shows the 'Portal da Transparência' interface for the Municipality of Camará de Divinópolis. The main navigation bar includes 'RELATÓRIOS' and 'PLANO PLURIANUAL (PPA)'. A red banner with a warning icon and the text 'Relatório não publicado' is displayed. Below this, a search section titled 'Pesquisar' indicates that 'Os Planos Plurianuais são disponibilizados a seguir:' and provides search filters for 'Órgão' (CAMARA MUNICIPAL DE DI) and 'Ano' (2018). There are three buttons for viewing the reports: 'Visualizar PDF', 'Visualizar XLSX', and 'Visualizar DOCX'. A calendar on the right shows the date as Friday, September 27, 2018, at 15:28:06.

**Figura 4. Não publicação da Lei LDO/quadros e anexos**

The screenshot shows the 'Portal da Transparência' interface for the Municipality of Camará de Divinópolis, specifically the 'LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)' section. A red banner with a warning icon and the text 'Relatório não publicado' is displayed. Below this, a search section titled 'Pesquisar' indicates that 'As Leis de Diretrizes Orçamentárias são disponibilizadas a seguir:' and provides search filters for 'Órgão' (CAMARA MUNICIPAL DE DI) and 'Ano' (2018). There are three buttons for viewing the reports: 'Visualizar PDF', 'Visualizar XLSX', and 'Visualizar DOCX'. A calendar on the right shows the date as Friday, September 27, 2018, at 15:31:42.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

Figura 5. Não publicação da Lei LDO/programas e ações

Portal da Transparência - Município

RELATÓRIOS LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

**Relatório não publicado**

Pesquisar

As Leis orçamentárias anuais são disponibilizadas a seguir:

Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE C... Ano: 2018 Relatório: SELECIONE

Visualizar PDF Visualizar XLSX Visualizar DOCX

15:33:30  
quinta-feira, 27 de setembro de 2018

setembro de 2018

D	S	T	Q	Q	S	S
26	27	28	29	30	31	1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	1	2	3	4	5	6

Configurações de data e hora

Figura 6. Resultados de processos/prestação de contas, tomada de contas, inspeções, auditoria interna e externa

Portal da Transparência - Município

PESQUISA RESULTADOS DE PROCESSOS

Pesquisar

Modalidade: Prestação de Contas Status: TODOS Data do Resultado: [ ] Visualizar

Registros

Nenhum registro encontrado.

15:35:58  
quinta-feira, 27 de setembro de 2018

setembro de 2018

D	S	T	Q	Q	S	S
26	27	28	29	30	31	1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	1	2	3	4	5	6

Configurações de data e hora



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

Figura 7.RREO

The screenshot shows the 'Portal da Transparência' interface for the Municipality of Camarã. The main navigation bar includes 'RELATÓRIOS' and 'RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA'. A search filter is set to 'Relatório não publicado'. The search criteria are: Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE [C], Ano: 2018, Bimestre: 4º BIMESTRE, and Anexo: Anexo I. There are buttons for 'Visualizar PDF', 'Visualizar XLSX', and 'Visualizar DOCX'. A sidebar on the left lists various report categories like 'Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal', 'Relatório de Orçamento', etc. A calendar on the right shows the date as 15:38:26 on September 27, 2018.

Figura 8.RGF

The screenshot shows the 'Portal da Transparência' interface for the Municipality of Camarã. The main navigation bar includes 'RELATÓRIOS' and 'GESTÃO FISCAL'. A search filter is set to 'Relatório não publicado'. The search criteria are: Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE [C], Ano: 2018, Quadrimestre: 2º Quadrimestre, and Anexo: Anexo I. There are buttons for 'Visualizar PDF', 'Visualizar XLSX', and 'Visualizar DOCX'. A sidebar on the left lists various report categories like 'Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal', 'Relatório de Orçamento', etc. A calendar on the right shows the date as 15:40:10 on September 27, 2018.





#### 4.1. Dos Procedimentos Licitatórios – Item 4 do check-list

9. As informações publicadas no portal da transparência não contêm nenhum dado exigidos no artigo 48-A, I da LRF, artigo 8º, §1º, IV da Lei Federal nº 12.527/2011 e art. 7º, I "e" do Decreto Federal nº 785/2010, pois no momento da fiscalização não se encontravam disponíveis as licitações realizadas (relatório trimestral SICAP/LCO de nada consta não informado), os contratos realizados (resumo), bem como a relação das compras efetuadas.

Figura 9. Opção de Pesquisa Licitação

The screenshot shows the 'Portal da Transparência' interface. On the left is a navigation menu with categories like 'Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal', 'Relatório de Orçamento', and 'Diárias'. The main area has a search bar with 'Pesquisar' and 'LICITAÇÃO' buttons. Below the search bar, there are input fields for 'Data Inicial' (01/01/2018) and 'Data Final' (24/09/2018), and a 'Modalidade' dropdown set to ':: TODAS ::'. A 'Visualizar' button is present. Below the search fields, it says 'Registros: Nenhum registro encontrado.' A calendar overlay on the right shows the date 27/09/2018.

Figura 10. Relatório Trimestral SICAP-LCO/fins comprovação

The screenshot shows the 'Sicap-LCO Auditor' report. At the top, it says 'Tribunal de Contas do Tocantins Sicap-LCO Auditor'. Below that, there are search filters for 'Ano: 2018', 'Trimestre: 3º Trimestre', and 'Unidade: CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO T...'. The main content area shows a table with columns for 'SEQ.', 'Relator', 'Unidade Gestora', 'CNPJ', and then columns for the months 'JULHO', 'AGOSTO', and 'SETEMBRO'. Each month column has sub-columns for 'Status' and 'Valores'. The values for each month are '0 LCO | 0 NC | 0 C'. A message at the top of the table area says 'Sem registro (Não informou NADA CONSTA e nem processo licitatório no SICAP-LCO)'. A calendar overlay on the right shows the date 27/09/2018.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

Figura 11. Contratos publicados/vide figura 10 acima/fins comprovação

The screenshot displays the 'Município' portal interface. On the left is a sidebar with a 'PESQUISAR' section containing various report categories. The main content area features a search bar with 'CONTRATOS' selected. The search criteria are: 'Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE DI', 'Ano: 2018', and 'Mês: :: TODOS ::'. A 'Visualizar' button is present. Below the search bar, the result is 'Registro: Nenhum registro encontrado.' A calendar overlay on the right shows the date 27/09/2018.

10. Relações de compra não publicados. Lei 8.666/93 (Art. 16).

Figura 12. Compras

The screenshot displays the 'Município' portal interface for 'COMPRAS'. The search criteria are: '\*Data Início: 01/01/2018', '\*Data Final: 24/09/2018', and 'CPF/CNPJ:'. A 'Visualizar' button is present. Below the search bar, the result is 'Registros: Nenhum registro encontrado.' A calendar overlay on the right shows the date 27/09/2018.



## 5.1. Sobre o Site Eletrônico – Item 5 do Check-List

11. A Câmara Municipal não adota o princípio da publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal como preceito geral, não adota os princípios estabelecidos no artigo 3º e incisos da Lei Federal nº 12.527/2011 bem como não cumpre os artigos 5º; 6º, I; 7º, I e VI ;9º, I , 30 incisos I e II e §§1º e 2º da Lei de Acesso a Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), e art. 17 da Lei nº 10.098/2000, LRF art. 48, inciso II e art. 47 do Decreto nº 5.296/2004 que tratam da acessibilidade e desobedece o entendimento do STF conforme Agravo (ARE) 652777, publicado em 23/04/2015, de forma a ferir os princípios constitucionais da publicidade, moralidade e da transparência dos atos administrativos, conforme achados apontados abaixo.

12.1.O Portal não segue o domínio definido pela lei, ou seja, “câmara.uf.leg.br”. Apresenta o seguinte endereço: (<http://camaradivinopolisdotocantins.megasofttransparencia.com.br/camaradivinopolisdotocantins-transparencia/transparencia/index.xhtml>), desobedecendo a Resolução CGI.br/RES/2008/008/P.

**Figura 13. Domínio indevido**

The screenshot shows a web browser window with the address bar displaying the URL: <http://camaradivinopolisdotocantins.megasofttransparencia.com.br/camaradivinopolisdotocantins-transparencia/transparencia/index.xhtml>. This URL is highlighted in a yellow box, with an arrow pointing to it from the caption. The page content includes a search bar, a navigation menu with items like 'Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal', 'Relatório de Orçamento', and 'Diárias', and a main area with various data visualization icons such as 'Receitas', 'PPA', 'Decretos e Leis', 'LDO', 'Despesa / Empenho', 'Liquidações', 'LOA', 'Pagamentos', 'Patrimônio', 'Metas e Riscos Fiscais', 'Relatório Resumido Execução Orçamentária', and 'Convênios'. A calendar widget is visible on the right side of the page, showing the date 27 de setembro de 2018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

13. Não consta no site arquivo da Lei nº 12.527/11 - LAI e sua respectiva regulamentação (Deve ser disponibilizado no site o arquivo da lei e de seu regulamento, bem como, exibido em primeira tela o caminho ou fazer referência clara a LAI.) Lei nº 12.527/11 (Art. 5º, art. 6º, inc. I e art. 7º, inc. I)

**Figura 14. Regulamentação Própria Inexistente / LAI**

The screenshot shows the 'Município' page of the 'Portal da Transparência'. The main content area is titled 'LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL' and contains the following text: 'Em conformidade com a Lei Complementar nº 131 de 27 de maio de 2009, o tempo real das informações sobre execução orçamentária, financeira da União preceitua a L.R.F. (Lei de Responsabilidade Fiscal)'. Below this text is a list of links: '> Constituição Federal de 1988 (Arts. 37-41 e 163)', '> Lei Complementar n. 101 de 04 de maio de 2000 (Arts. 48 e 49)', '> Lei Complementar n. 131 de 27 de maio de 2009', '> Decreto n. 7.185 de 27 de maio de 2010', '> Portaria do Tesouro Nacional n 548, de 22 de novembro de 2010', '> Lei n. 12.527 de novembro de 2011', and '> Lei Municipal de acesso a informação'. A calendar overlay on the right shows the date 27 de setembro de 2018.

14. Não está divulgado no site informações sobre um local físico onde o cidadão possa requerer informações, com indicação de local, horário de atendimento e telefone. (SIC físico). Lei nº 12.527/11 (Art. 5º, art. 6º, inc. I, art. 7º, inc. I e art. 9º, inc. I).

**Figura 15. Local físico para requerer informações (SIC físico)**

The screenshot shows the 'Município' page of the 'Portal da Transparência' with the 'Acesso à Informação Municipal' icon. The main content area is titled 'SIC FÍSICO' and contains the text 'Não há dados!'. A calendar overlay on the right shows the date 27 de setembro de 2018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

15. Não consta publicação de Relatório estatístico, Lei nº 12.527/11 (Art. 30, inc. III e §1º)

16. Consta lista nominal de todos os servidores (efetivos, comissionados e contratados) mas sem publicação de suas respectivos cargos/funções e remunerações e vantagens pecuniárias. CF/88 (Art. 37). Entendimento STF Agravo (ARE) 652777, 23/04/15: “...é legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias”.

Figura 16. Servidores

The screenshot shows a web application interface for transparency. At the top, there is a search bar with the text 'PESQUISA' and a 'FOLHA DE PAGAMENTO' button. Below the search bar, there is a message: 'Alguns registros podem não apresentar a lupa de detalhes por não haver movimentos no período selecionado'. The search filters are: Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE DIVINOPOLIS, Ano: 2018, Mês: Agosto, Cargo: :: TODOS ::. There is a 'Visualizar' button. Below the filters, there is a 'Registros' section with buttons for PDF, Excel, Word, and CSV. A table displays the following records:

Matricula	Nome	Cargo	Data Admissão	Data Exoneração	Tipo de Admissão	Vencimentos	Descontos	-
26	ANA LAYLA SOUZA RODRIGUES	TECNICO DE CONTROLE INTERNO	02/01/2017		Admissão para cargo comissionado			
35	ANA LÚCIA PEREIRA DOS SANTOS	DIRETOR ADMINISTRATIVO	01/08/2017		Admissão para cargo comissionado			
32	CECÍLIO DOS SANTOS CARVALHO	VEREADOR/SECRETÁRIO	01/01/2017		Admissão para emprego público			
36	CLEYTON CESAR DA SILVA	MOTORISTA	01/08/2017		Admissão para cargo comissionado			
18	CRISTIAN RUBENS GOMES PRADO	TECNICO DE CONTROLE INTERNO	01/01/2016		Admissão para cargo comissionado			
17	ELAINE MOREIRA ALVES	DIRETOR ADMINISTRATIVO	01/01/2016		Admissão para cargo comissionado			

17. Não consta informação pertinente à administração do patrimônio público (móveis e imóveis). Lei nº 12.527/11 (Art. 7º, inc. VI).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

Figura 17. Patrimônio

The screenshot shows a web application interface for searching assets. On the left is a sidebar menu with options like 'Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal', 'Relatório de Orçamento', and 'Patrimônio'. The main area has a search bar with 'PESQUISA' and 'PATRIMÔNIO' buttons. Below the search bar are input fields for 'Data Início' (01/01/2018), 'Data Final' (24/09/2018), 'Órgão' (set to ':: TODOS ::'), 'Tipo Bem' (set to ':: TODOS ::'), and 'Departamento' (set to ':: TODOS ::'). There are also fields for 'Situação', 'CPF/CNPJ', and 'Fornecedor'. A 'Visualizar' button is present. Below the search fields, a 'Registros' section displays the message 'Nenhum registro encontrado.' A system clock and calendar are visible in the bottom right corner, showing the time 17:02:40 on September 27, 2018.

18. Não consta dados na seção “Fale Conosco” e nem no “Acesso à Informação Municipal”, indicando o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade. Lei nº 12.527/11 (Art. 5º)

Figura 18. Fale conosco/Resultado da opção

The screenshot shows a web application interface for the 'Fale conosco' section. The sidebar menu is similar to the previous screenshot. The main area has a search bar with 'PESQUISA' and 'ESTRUTURA ADMINISTRATIVA' buttons. Below the search bar, the text 'Não há dados!' is displayed. A system clock and calendar are visible in the bottom right corner, showing the time 17:05:57 on September 27, 2018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
*1ª Diretoria de Controle Externo*

19. Não consta dados do responsável pelo site na prefeitura contendo indicação de local e instruções que permitam a comunicação eletrônica ou por telefone com o órgão, entidade detentora ou responsável pelo site. O artigo 40 da LAI determina que a autoridade máxima do Órgão um agente a ele subordinado, Lei nº 12.527/11 (Art. 5º e art.40). (resultado igual figura 17 acima)

## **2. CONCLUSÃO**

20. Considerando que a Presidente da Câmara Municipal é o dirigente máximo do Órgão, nos termos do disposto no artigo 40 da Lei Federal nº 12.527/2011, arrola-se como responsável pela conduta omissiva/comissiva a Sra. Vereadora, **JOSE ANTONIO LIMA DOS REIS**, Presidente da Câmara Municipal de DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS/TO, CPF 643.860.231-00, pois cabia ao gestor adotar todas as medidas necessárias para o cumprimento efetivo da legislação e implantação do Portal da Transparência cumprindo todos os requisitos exigidos. Ademais, **não** foi divulgado o nome do agente público diretamente subordinado ao dirigente máximo, responsável por assegurar o cumprimento da legislação, nelas incluídas a implantação e gerenciamento do portal da transparência conforme dispõe o artigo supramencionado.

Palmas, 27 de setembro de 2018.

*Enio Walcacer de Oliveira*  
*Auditor de Controle Externo*  
*Mat. 23748-5*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

Papeis de Trabalho – Fiscalização do Portal da Transparência DIVINÓPOLIS DO TO/TO. As consultas ao site ocorreram entre os dias 27/09/2019 A 28/09/2019 e a verificação ou fiscalização no período de 01/01/2018 a 24/09/2019. As evidências estão apresentadas na forma de figuras, apresentadas ao final.

1.DESPESAS		
Itens que devem estar publicados no Portal da Transparência do Município	Situação Encontrada	Critérios
1.1 Consultar as despesas publicadas para verificar se elas foram publicadas em tempo real	No período de 01/01/2019 à 24/09/2019 <b>não estão publicadas</b> as despesas “em tempo real”.	- LRF (art. 48, II e 48-A, inc. I); - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II).
1.2 Consultar as despesas publicadas para verificar se constam na publicação:		
a) número do processo;	<b>SIM</b>	- LRF (art. 48-A, inc. I) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea b)
b) o bem fornecido ou o serviço prestado;	<b>SIM</b>	- LRF (art. 48-A, inc. I) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea f)
c) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;	<b>SIM</b>	- LRF (art. 48-A, inc. I) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea d)
d) quando for o caso, o procedimento licitatório realizado;	<b>SIM</b>	- LRF (art. 48-A, inc. I) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea e)





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

e) data da despesa (A informação deve possibilitar o acompanhamento da publicação das despesas em tempo real (até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo sistema).)	<b>NÃO, PUBLICADO ATÉ O DIA 26/06/2019, RESTANDO OS MESES 07, 08 e 09.</b>	- LRF (art. 48, II e 48-A, inc. I); - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II).
f) Número e valor do empenho;	<b>sim</b>	- LRF (art. 48-A, inc. I); - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea a); - Lei nº 12.527/11 (Art. 5º e art. 8º, §1º, inc. III).
g) Número e valor da liquidação;	<b>sim</b>	SIM
h) Número e valor do pagamento;	<b>Sim</b>	- LRF (art. 48-A, inc. I); - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea a); - Lei nº 12.527/11 (Art. 5º e art. 8º, §1º, inc. III).
i) classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte de recursos que financiaram o gasto	<b>Sim</b>	-LRF (art. 48-A, inc. I) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea c)
j) Unidade Gestora	<b>Sim</b>	- LRF (art. 48-A, inc. I) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. IV)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

<b>chado</b>	<b>A</b>	1-As informações pormenorizadas sobre a despesa orçamentária divulgados no Portal da Transparência <b>não foram liberados em "tempo real"</b> , evidenciando descumprimento do artigo 48, II e 48-A, I da LC nº 101/2000, artigo 2º, §2º, inc. II do Decreto Federal nº 7.185/2010. Conforme consultas realizadas ao site, entre os dias 01/01/2018 a 24/09/2018, foram encontradas despesas publicadas durante o período de 01/01/2018 a 26/06/2018.		
		<b>2. RECEITAS</b>		
<b>Itens que devem estar publicados no Portal da Transparência do Município</b>		<b>Situação Encontrada</b>	<b>Critério</b>	
2.1 Consultar as receitas publicadas para verificar se: elas foram publicadas em tempo real.		<b>Constam</b> receitas publicadas nas data de janeiro e junho de 2018, restando as anteriores.	- LRF (art. 48-A, inc. II) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II)	
2.2 Consultar as receitas publicadas para verificar se constam na publicação:				
a) Data da Posição (possibilita acompanhar a publicação das receitas em tempo real		Não	- LRF (art. 48-A, inc. II) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II)	
b) Unidade Gestora		Sim	- Art.48-A, Inc.II da LRF - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II caput)	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

c) Natureza da receita		Sim	- LRF (art. 48-A, inc. II) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II caput)
d) Valor da previsão		Não se aplica	- LRF (art. 48-A, inc. II) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II caput)
e) Valor do lançamento		Sim	-LRF (art. 48-A, inc. II) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II alínea b) - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
f) Valor de arrecadação (Indica o valor da arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários)		sim	- LRF (art. 48-A, inc. II) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II alínea
<b>chado</b>	<b>A</b> A, inc. II) 1-As informações publicadas não estão em tempo real, somente até o mês de junho de 2018. - LRF (art. 48- e Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II);		
<b>3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS</b>			
<b>Itens que devem estar publicados no Portal da Transparência do Município</b>		<b>Situação</b>	<b>Critérios</b>
3.1 Verificar se consta no Site:			
a) o PPA com sua lei de aprovação (Texto)		NÃO	Art. 48 LRF
b) os quadros e anexos do PPA		NÃO	Art. 48 LRF



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

contendo os programas e metas para os 4 anos		
c) a LDO aprovada (texto)	NÃO	Art. 48 LRF
d) os anexos e quadros que compõem a LDO, tais como os que contém as metas de receitas, despesas, resultado primário e nominal	NÃO	Art. 48 LRF
e) A LOA aprovada (texto)	NÃO	Art. 48 LRF
f) os anexos que integram a LOA, tais como: os que contém os programas e ações de governo	NÃO	Art. 48 LRF
g) a prestação de contas, acompanhada dos balanços, relatório de gestão contendo as metas físicas previstas e executadas. (A prestação de contas dos exercícios anteriores deve ser acompanhada do parecer prévio do tribunal de contas, quando for emitido.)	NÃO	Art. 48 LRF
h) o RREO com os quadro e anexos, relativo ao último bimestre	NÃO	Art. 48 LRF
i) o RGF com seus quadros do último bimestre ou semestre	NÃO	Art. 48 LRF
<b>chado</b> A	1-Não foram publicados no Portal da Transparência as prestações de contas, os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, Relatórios de Gestão Fiscal, bem como não estão publicados anexos e quadro e as Leis relativas ao PPA, LDO e LOA, infringindo o artigo 48 da LC nº 101/2000.	
<b>4.PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS</b>		
<b>Itens que devem estar publicados no Portal da Transparência do Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Critérios</b>
41.Verificar se consta no site:		
a) Informações concernentes a	não (relatório	Lei 12.527/2011 (art. 8 § 1º inciso IV)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

procedimentos licitatórios, no mínimo, o edital, o contrato e os aditivos, a ata de licitação (resultado), atas de registro de preços	trimestreal/SICAP-LCO em anexo)	
b) Resumo dos instrumentos de contrato ou seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior	Não	Lei nº 8.666/93 (Arts. 116, 177, 119 e 124)
c) Relações mensais de todas as compras feitas pela administração direta e indireta. (quando receber o produto ). Não abarcou serviço	Não	Lei 8.666/93 (Art. 16)
<b>chado</b> A	1-As informações publicadas no portal da transparência não contêm nenhum dado exigidos no artigo 48-A, I da LRF, artigo 8º, §1º, IV da Lei Federal nº 12.527/2011 e art. 7º, I "e" do Decreto Federal nº 785/2010, pois no momento da fiscalização não se encontravam disponíveis as licitações realizadas (relatório trimestral SICAP/LCO de nada consta não informado), os contratos realizados (resumo), bem como a relação das compras efetuadas. 2-Não publicação das compras realizadas (quando receber produto). Não abarcou serviços. Lei 8.666/93 (Art. 16)	
<b>5.SOBRE O SITE ELETRÔNICO</b>		
<b>Itens que devem estar publicados no Portal da Transparência do Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Critérios</b>
5.1 Verificar se:		
a) o nome do domínio segue o padrão "municipio.uf.gov.br"	Não	Resolução CGI.br/RES/2008/008/P
b) consta no site Arquivo da Lei nº 12.527/11 - LAI e sua respectiva regulamentação (Deve ser disponibilizado no site o arquivo da lei e de seu regulamento, bem como, exibido em primeira tela o caminho ou fazer referência clara a LAI.)	NÃO	Lei nº 12.527/11 (Art. 5º, art. 6º, inc. I e art. 7º, inc. I)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

c) está divulgado no site informações sobre um local físico onde o cidadão possa requerer informações, com indicação de local, horário de atendimento e telefone. (SIC físico)	NÃO	Lei nº 12.527/11 (Art. 5º, art. 6º, inc. I, art. 7º, inc. I e art. 9º, inc. I)
d) consta no site o e-SIC, link ou banner que direcione para o canal que permita ao cidadão solicitar informação	SIM	Lei nº 12.527/11 (Art. 10, §2º)
e) constar no site, anualmente, o rol dos documentos classificados em cada grau de sigilo e os desclassificados. O ente também deve manter exemplar da publicação para consulta pública em sua sede e manter extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.	Não se aplica	Lei nº 12.527/11 (Art. 30, inc. I e II e §§1º e 2º)
f) consta publicação de Relatório estatístico	NÃO	Lei nº 12.527/11 (Art. 30, inc. III e §1º)
g) foram divulgados no site dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades.	SIM	CF/88 (Art. 37, caput e §1º)
h) consta Lista nominal de todos os servidores (efetivos, comissionados e contratados) e suas respectivos cargos/funções e remunerações e	NÃO-FALTA REMUNERAÇÕES E VANTAGENS PECUNIÁRIAS SEM PUBLICAÇÃO.	CF/88 (Art. 37) Entendimento STF Agravo (ARE) 652777, 23/04/15:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

vantagens pecuniárias.		“...é legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias”.
5.2 Verificar se constam divulgadas no site:		
a) as competências das unidades dos órgãos/entidades.	Não se aplica	CF/88 (Art. 37)
b) a estrutura organizacional das unidades dos órgãos/entidades.	Não se aplica	CF/88 (Art. 37)
c) os endereços das unidades dos órgãos/entidades	Não se aplica	CF/88 (Art. 37)
d) os números de telefones das unidades dos órgãos/entidades	Não se aplica	CF/88 (Art. 37)
e) os horários de atendimento ao público das unidades dos órgãos/entidades.	Não se aplica	CF/88 (Art. 37)
f) os repasses ou transferências de recursos financeiros. Deve disponibilizar os <i>links</i> para o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV) e para o Sistema de Gestão de Convênios Estadual.	Não se aplica	CF/88 (Art. 37)
g) Informação pertinente à administração do patrimônio público (móveis e imóveis).	NÃO	Lei nº 12.527/11 (Art. 7º, inc. VI)
h) respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.	SIM	CF/88 (Art. 37)





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

5.3 Verificar se consta no site: a) a ferramenta de pesquisa (lupa) [O sítio deve conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão; recomenda-se atentar para as boas práticas de indexação das páginas da internet](Ex. Lupa no site)	SIM	Lei nº 10.098/2000 (Art. 17) - Decreto nº 5.296/2004 (Art. 47) - Lei nº 12.527/11 (Art. 5º) - LRF (Art. 48, inc. II) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 6º, caput e parágrafo único e art. 7º, caput)
b) Seção “Fale Conosco” (Indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade.)	NÃO	Lei nº 12.527/11 (Art. 5º)
c) Acesso livre (Não pode haver exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso. O acesso deve ser livre.)	SIM	Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º, §2º, Inc. III)
d) Acessibilidade: Linguagem de fácil e conteúdo de fácil acesso (O sítio deve adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo por todos, independentemente do tipo de usuário, situação ou ferramenta. As informações precisam estar muito bem organizadas para que possam ser rápida e facilmente encontradas pelo cidadão.)	SIM	Lei nº 10.098/2000 (art.17) - Decreto nº 5.296/2004 (art. 47) - Lei nº 12.527/11 (Art. 5º) - LRF (Art. 48, inc. II) - Decreto nº 7.185/10 (Art. 6º, caput e art. 7º, caput) Recomendação 3.11 – Garantir a leitura e compreensão das informações CS 3.1.5 WCAG 2.0 (Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da Web ) Quando o texto exigir uma capacidade de leitura mais avançada do que o terceiro ciclo do ensino básico após a remoção dos nomes



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

		próprios e títulos, está disponível conteúdo suplementar, ou uma versão que não exija uma capacidade de leitura mais avançada do que o terceiro ciclo do ensino básico. (Nível AAAREcomendação 3.12 – Disponibilizar uma explicação para siglas, abreviaturas e palavras incomuns WCAG 2.0 Critérios de Sucesso 3.1.3 e ver WCAG 2.0 Critérios de Sucesso3.1.4
e) verificar se o site possibilita a gravação de relatórios completos conforme o filtro realizado, em diversos formatos eletrônicos, legíveis por máquina, inclusive abertos e não proprietários disponíveis de forma estruturada tais como planilhas de modo a facilitar o reuso e o cruzamento das informações.	SIM	-Lei nº 12.527/11 (Art. 4º, inc. I e art. 7º, inc. IV) - Decreto nº 7.185/2010 (Art. 6º, inc. I)
f) Formatos utilizados para a estruturação das informações (Devem ser divulgados, em detalhes, em formatos abertos e não proprietários utilizados para estruturação da informação (csv, xml, odf, odt, json, ods, rdf, svg, ogg, odp dentre outros)	SIM	Lei nº 12527 12.527/11 12.527/11 (Art. 5º) LRF (Art. 8, inc. II) Decreto nº 7.185/2010 (Art. 6º, caput e parágrafo único e art. 7º, caput Recomendação 3.8 – Disponibilizar documentos em formatos acessíveis
g) responsável pelo site na prefeitura (Deve conter indicação de local e instruções que permitam a comunicação eletrônica ou por telefone com o órgão, entidade detentora ou responsável pelo site. O artigo	NÃO	Lei nº 12.527/11 (Art. 5º e art.40)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
1ª Diretoria de Controle Externo

40 da LAI determina que a autoridade máxima do Órgão um agente a ele subordinado.)		
A  chado	<p>A Prefeitura Municipal não adota o princípio da publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal como preceito geral, não adota os princípios estabelecidos no artigo 3º e incisos da Lei Federal nº 12.527/2011 bem como não cumpre os artigos 5º; 6º, I; 7º, I e VI ;9º, I , 30 incisos I e II e §§1º e 2º da Lei de Acesso a Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), e art. 17 da Lei nº 10.098/2000, LRF art. 48, inciso II e art. 47 do Decreto nº 5.296/2004 que tratam da acessibilidade e desobedece o entendimento do STF conforme Agravo (ARE) 652777 , publicado em 23/04/15, de forma a ferir os princípios constitucionais da publicidade, moralidade e da transparência dos atos administrativos pois:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1.O Portal não segue o domínio definido pela lei, ou seja, “câmara.uf.leg.br”. Apresenta o seguinte endereço: <a href="http://camaradivinopolisdotocantins.megasofttransparencia.com.br/camaradivinopolisdotocantins-transparencia/transparencia/index.xhtml">http://camaradivinopolisdotocantins.megasofttransparencia.com.br/camaradivinopolisdotocantins-transparencia/transparencia/index.xhtml</a> ), desobedecendo a Resolução CGI.br/RES/2008/008/P.</li><li>2.Não consta no site arquivo da Lei nº 12.527/11 - LAI e sua respectiva regulamentação (Deve ser disponibilizado no site o arquivo da lei e de seu regulamento, bem como, exibido em primeira tela o caminho ou fazer referência clara a LAI.) Lei nº 12.527/11 (Art. 5º, art. 6º, inc. I e art. 7º, inc. I)</li><li>3.Não está divulgado no site informações sobre um local físico onde o cidadão possa requerer informações, com indicação de local, horário de atendimento e telefone. (SIC físico). Lei nº 12.527/11 (Art. 5º, art. 6º, inc. I, art. 7º, inc. I e art. 9º, inc. I).</li><li>4.Não consta publicação de Relatório estatístico, Lei nº 12.527/11 (Art. 30, inc. III e §1º);</li><li>5.Consta lista nominal de todos os servidores (efetivos, comissionados e contratados) <b>mas sem publicação de seus respectivos cargos/funções e remunerações e vantagens pecuniárias.</b> CF/88 (Art. 37). Entendimento STF Agravo (ARE) 652777, 23/04/15: “...é legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias”.</li><li>6.Não consta informação pertinente à administração do patrimônio público (móveis e imóveis). Lei nº 12.527/11 (Art. 7º, inc. VI);</li><li>7.Não consta a opção “Fale Conosco” (Indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade.) Lei nº 12.527/11 (Art. 5º)</li></ol>	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
*1ª Diretoria de Controle Externo*

	8. Não consta dados do responsável pelo site na prefeitura contendo indicação de local e instruções que permitam a comunicação eletrônica ou por telefone com o órgão, entidade detentora ou responsável pelo site. O artigo 40 da LAI determina que a autoridade máxima do Órgão um agente a ele subordinado;
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Palmas, 27 de setembro de 2018.

Enio Walcacer de Oliveira  
Matr. 23.748-5  
Auditor de Controle Externo



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

ENIO WALCACER DE OLIVEIRA

Cargo: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - Matrícula: 237485

Código de Autenticação: 8f7d3a04d9314a6a261ff2e0f83ebb79 - 01/10/2018 15:35:53